

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Decisão nº 46 / 2021 CMRI**

Porto Alegre, 29 de junho de 2021.

**Recurso nº 003688-21-99**

**Recorrente:** Sigiloso

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal de Educação - SMED e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS

**Relator:** Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria - SMTC

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

Trata o presente, em síntese, de solicitação de **recurso** através do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), referente à resposta do protocolo 003688-21-99, conforme registro em documento nº 14223787. Em grau de recurso, compete a [Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Municipal - CMRI](#) o julgamento do referido protocolo (conforme o art. 25, III, do Decreto 19.990/2018), transcrevemos abaixo o questionamento do requerente:

*“Quais foram os gastos até então dispendidos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Município de Porto Alegre/RS e Programa das Nações Unidas – PNUD - BRA/19/014. Quais os produtos/atividades já desenvolvidos e qual o valor correspondente a cada rubrica? Qual montante de valores até então empenhados? E qual montante de Valores já pagos, identificando-os. Att,”*

Verificamos que o protocolo do cidadão foi encaminhado à Secretaria Municipal de Educação - SMED em 05 de março de 2021, seguimos agora com a análise desta Relatoria e posterior Decisão.

## 1.2 Razões do órgão/entidade requerida

Sobre o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Município de Porto Alegre/RS e Programa das Nações Unidas – PNUD - BRA/19/014, a Secretaria Municipal de Educação informou ao cidadão, em 31 de março de 2021, que após consultas ao Setor de Finanças da Secretaria Municipal de Educação, não houve nenhum recurso dispendido no projeto citado.

## 1.3 Razões do recorrente

No recurso à CMRI, o requerente alega que não lhe foram fornecidas as informações e que os questionamentos efetuados não foram devidamente respondidos.

## 2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada pela SMED, sendo dessa forma tempestivo e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

## 3. Análise do mérito

Analisando o recurso recebido por essa Comissão, verificamos a possibilidade do pedido de informações do protocolo 003688-21-99 (14223787) ter sido encaminhado, equivocadamente, para a Secretaria Municipal de Educação (SMED). Após consulta realizada a sítios eletrônicos, localizamos o [Documento de Projeto, identificado pelo número BRA/19/014](#), onde consta como Agência Executora a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA.

Considerando que as atribuições anteriormente desempenhadas pela SMAMS são agora direcionadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS, esta Relatoria encaminhou, no dia 28 de maio de 2021, Ofício SEI nº 14267941 / 2021, para que a SMAMUS encaminhasse as informações solicitadas ou negativa de disponibilização (com o devido embasamento legal), para subsidiar o julgamento a ser realizado pela Comissão sobre o pedido de informação do cidadão.

Desta forma, a SMAMUS respondeu aos questionamentos conforme segue:

"O questionamento encaminhado através do Ofício 14267941 / 2021(14267941) referente à solicitação de **RECURSO** da resposta do protocolo 003688-21-99 (14223787) já foi respondido anteriormente por esta Diretoria no SEI 21.0.000044193-4 no despacho 14020335, com o seguinte texto:

**Registramos o envio da resposta ao Protocolo e-SIC 003688-21-99 (14223787), em 14/06/2021, conforme transcrição abaixo.**

"Prezado(a) Sr.(a),

Relativo ao seu pedido de informação ao Município de Porto Alegre, a Diretoria de Planejamento Urbano informa que *todas as informações relativas ao Projeto de*

*Cooperação Técnica Internacional com o PNUD e a Revisão do Plano Diretor estão disponibilizadas no site do Plano Diretor, através do endereço: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor>. Cabe salientar que estamos desenvolvendo uma nova versão do site a fim de melhorar a comunicação com a população.*

*Para esclarecer, a modalidade de Projeto de Cooperação Técnica Internacional exige que seja repassado ao PNUD o valor correspondente ao total do projeto e este será administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para o pagamento dos produtos e atividades realizados. O valor repassado através do financiamento com o BRDE é de R\$10.980.200,00.*

*Até o presente momento, está em vigor o contrato relativo à elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa do município de Porto Alegre, o qual está em fase de levantamento, análise e consolidação dos dados e referências do Inventário. O valor deste contrato é de R\$450.000,00."*

Já a Equipe de Orçamento e Finanças (EOF) da SMAMUS, fez a seguinte manifestação:

*"Em resposta ao **Ofício - nº 14267941 / 2021**, documento 14267941 :*

*"Qual montante de valores até então empenhados ?"*

*Citamos os empenhos 7875/2020 14356370 e o empenho 3899/2021 14356413.*

*"E qual montante de Valores já pagos"*

*Foram pagas a primeira parcela do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD , conforme documento 14356370, no valor de R\$ 5.503.041,46, e a segunda parcela do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD, conforme documento 14356413, no valor de R\$ 5.477.158,54."*

Com base nas informações anexadas em Comprovantes nºs 14307703 e 14307734, constatamos os seguintes valores já empenhados e pagos até então:

Data do pagamento	Identificação	Valores pagos
21/02/2020	1ª Parcela	R\$ 5.503.041,46
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 500.000,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 490.000,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 495.000,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 499.500,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 499.550,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 499.600,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 499.700,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 499.900,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 499.950,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 499.990,00
05/05/2021	2ª Parcela	R\$ 493.968,54
<b>Total</b>		<b>R\$ 10.980.200,00</b>

#### 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso, no qual esclarecemos que, conforme manifestação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS, no processo administrativo SEI 21.0.000050248-8, as informações solicitadas já foram encaminhadas ao cidadão/requerente.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

**Recurso CMRI nº 003688-21-99**



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 15:06, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 15:50, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 05/07/2021, às 12:06, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14519549** e o código CRC **88A33011**.

---